



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VISÃO DE PROFESSORAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CORUMBÁ, MS

Márcia Cristina Gonçalves de Souza Silva

UFMS/CPAN

Edith Fany Joobins

Prefeitura Municipal de Corumbá

RESUMO: O presente texto apresenta a pesquisa que teve como objetivo investigar a visão de professoras que possuem alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), buscando identificar as possíveis potencialidades e fragilidades do programa. Configura-se com uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa de campo na qual utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista com roteiro semiestruturado com quatro professoras de uma escola da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, localizada em Corumbá, MS. Com a análise dos dados constatou-se que o PBF não é conhecido em sua totalidade por profissionais que lidam diretamente com os beneficiários e que fatores como as condicionalidades são desconhecidos. Foi unânime e recorrente a relação do benefício apenas com a condicionalidade da frequência escolar. A falta de informação e entendimento do programa levou as professoras à visão equivocada do benefício, atrelando-o como frágil, ineficaz e que precisa ser repensado. Quanto ao aspecto positivo, as professoras apontaram que o benefício serve de ajuda aos que de fato precisam. No entanto, nos aspectos negativos predominou a ideia de que o fracasso do programa está atrelado ao não acompanhamento das condicionalidades, em especial a frequência escolar, pois, as crianças só frequentam a escola para não perderem o benefício e as famílias acabam gastando o dinheiro em tudo, menos com a criança. A realização desse estudo apontou, portanto, a necessidade de discussões, debates e mais estudos, a fim de legitimar a importância e o entendimento adequado e esclarecido do que realmente se trata o PBF e sua legitimidade política.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa Família; desigualdade social; pobreza.

INTRODUÇÃO

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) desde a sua criação em 2003 tem suscitado uma série de questionamentos e preocupações acerca de seu cumprimento, seus objetivos e suas condicionalidades. Desta maneira, alguns aspectos suscitaram questionamentos e à promoção de debates em algumas escolas, tais como: apurações e irregularidades do programa; a relação entre escolaridade e programa; sua



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

eficiência e eficácia na redução da pobreza; bem como, a relação das famílias participantes do programa com os atores envolvidos, no caso, a escola e o sistema de saúde.

Portanto, é nesse contexto que o presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa de campo que investigou a visão de professoras que atuam em uma escola da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, localizada em Corumbá, sobre o aluno que é beneficiário do PBF, buscando verificar como entendem o funcionamento do Programa, o que sabem sobre o programa, se já procuraram saber a respeito, se identificam as crianças beneficiárias, como as tratam e alguns outros aspectos sobre o Programa Bolsa Família.

SITUANDO A PROBLEMÁTICA E A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Para que possamos investigar o PBF, primeiramente é necessário o entendimento e reconhecimento da existência da pobreza e das desigualdades sociais, pois isso é fundamental, considerando a presença de alunos empobrecidos nas nossas escolas, que vivem em precariedade material extrema e que são esses os beneficiários do referido programa. Feito esse reconhecimento é preciso conhecer como funciona o programa, a fim de sair do senso comum e ter um olhar mais crítico a respeito. Dessa maneira, apresentamos, a seguir, uma breve descrição a respeito do programa para situar os leitores.

Segundo informações disponibilizadas no portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, instituído no governo Lula pela medida provisória 132 de 20 de outubro de 2003 e convertida em lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), o PBF é um programa de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e ao sistema de saúde. Desta maneira, os principais objetivos do Programa são: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, a educação, a saúde, segurança alimentar e assistência social (BRASIL, 2004).



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Porém, existem condicionalidades para a participação efetiva no Programa que são: Em primeiro lugar, a população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, logo, as famílias extremamente pobres de acordo as condicionalidades do programa são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa. E essas famílias pobres somente participam do programa, caso tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre zero e 17 anos (BRASIL, 2004).

Caso a família se encaixe no perfil de beneficiária, o próximo passo é procurar o setor responsável pelo Programa na prefeitura de sua cidade e realizar a inscrição no Cadastro Único. Esse cadastro é justamente para Programas Sociais do Governo Federal e deve permanecer sempre com os dados atualizados, pois mesmo esse cadastro sendo considerado um pré-requisito, não implica na entrada imediata das famílias no programa, nem o recebimento do benefício. Para tanto, é realizado mensalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome uma seleção de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício (BRASIL, 2004).

Através dessa breve descrição acerca de como funciona o programa é possível entendermos como se dá a inclusão das famílias como beneficiárias, porém, são poucas as informações para tirarmos conclusões e suposições a respeito do desenvolvimento das crianças pertencentes ao programa.

Arroyo (2013) assinala que, de acordo com o Censo Escolar de 2013 (IBGE, 2013), 17 milhões de crianças participantes do Programa Bolsa Família frequentam diariamente nossas escolas e diante desse fato a postura mais comum de quem lida diariamente com essas crianças seria de enxergar a pobreza como carência e conseqüentemente os pobres como carentes, levando a essas crianças a um ensino de péssima qualidade e a privações materiais que acabam por impossibilitar um vida justa e digna a esses sujeitos, pois, as mazelas da pobreza afetam diretamente os indivíduos mais frágeis e/ou àqueles contaminados pelo círculo vicioso. O autor ressalta ainda, se de fato a cidadania e a democracia estão presentes na vida do ser humano, não deveria ser a pobreza o impedimento para que as suas vozes fossem ouvidas.

Quando ouvimos a palavra cidadania e democracia numa mesma frase, logo nos remetemos a uma sociedade justa, igualitária na qual todas as pessoas possuem o direito



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

de exercer os seus direitos e, assim serem devidamente protegidas. No entanto, não é difícil entender que essa sociedade democrática e cidadã não sejam acessíveis para todos, pois a existência da cidadania vem sendo historicamente relacionada às condições políticas, sociais, econômicas e culturais. A sociedade passa a naturalizar os preconceitos e estereótipos estabelecidos ao pobre, sendo prejudicado, muitas vezes até de forma irreversível o cidadão que teve seus direitos básicos excluídos e negados. Essa situação da renda baixa caracteriza como o principal fator nesse círculo vicioso da pobreza, pois, reduz as possibilidades de ter e desenvolver algumas capacidades, tais como: comer, se vestir e calçar (ARROYO, 2003).

Infelizmente essa visão moralista da pobreza vem sendo difundida amplamente pelos meios de comunicação que difundem a pobreza como ausência de valores e atitudes inadequadas de pobres, reforçando a ideia estereotipada de que os pobres rejeitam as oportunidades por ser cômodo permanecer na situação em que estão. Essa visão relaciona a pobreza a uma suposta falta de interesse na procura de uma vida melhor, insistindo na ideia de que a pobreza é de fato uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos.

Para Butler (2006), o não entendimento da pobreza como elemento capaz de comprometer as bases materiais do ser humano, acaba por levar o sujeito o pensamento social e pedagógico de desconsiderar, as carências materiais que chegam primeiramente em nossas escolas, assim acabam por perpetuar as consequências morais e intelectuais da pobreza. E se essas questões morais, como esforços, atenção, valores e aprendizagem são reforçadas, acabam os pobres sendo responsabilizados por sua própria condição de pobreza, levando-os assim a condições de inferiores, reprovados e segregados.

Diante de tais questionamentos a respeito da pobreza é que a pesquisa, aqui relatada, buscou investigar a visão de quatro professoras que possuem alunos beneficiários do PBF e, desta maneira, compreender o papel desempenhado por esse grupo docente que atua diretamente com essas crianças pobres e quais são suas representações sociais e pedagógicas.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo foi realizado por meio de abordagem qualitativa por proceder, conforme Pádua (2004), à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Para Ludke e André (1986), a pesquisa de campo é usada frequentemente para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e análise. Dependendo das técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados, a pesquisa de campo poderá ser classificada como de abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa.

As autoras destacam que a pesquisa qualitativa está mais relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo em compreender e interpretar determinados comportamentos, sendo exploratória sem o intuito de obter números como resultados. Os recursos mais usados nas abordagens qualitativas são as entrevistas semiestruturadas e observação de campo. Já nas pesquisas quantitativas, a prioridade é apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo ou população, os meios de coleta de dados são estruturados, e entre eles estão às entrevistas individuais e os questionários.

Entendemos que, para chegarmos a uma abordagem qualitativa, precisamos primeiro de uma abordagem quantitativa, desta maneira, foi realizado um questionário prévio, afim, de sistematizar as perguntas que seriam realizadas durante a entrevista com as professoras, em seguida foi realizado um levantamento na escola em que seriam realizadas as entrevistas para identificar a presença de crianças beneficiadas do PBF e qual a maior concentração das mesmas por turma dentro da referida escola.

Ao identificarmos que as crianças que recebiam o benefício estavam concentradas em maior quantidade do 1º ao 5º anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, direcionamos a pesquisa apenas aos professores que atuam nessas respectivas turmas. O próximo passo da pesquisa consistiu no levantamento do número



de turmas e de professores, no qual foi possível constatar a presença de duas salas de 1º ano; duas de 2º ano; duas de 3º ano; duas de 4º ano e duas de 5º ano, totalizando 10 professoras regentes, duas de Artes, duas de Ciências e dois de Educação Física. Diante desse mapeamento optamos por fazer o convite para participar da pesquisa somente as professoras 10 regentes das quais quatro aceitaram a participar da pesquisa. Algumas alegaram falta de tempo, outras que não se sentiam confortáveis sendo entrevistadas, mas se o instrumento fosse o questionário aceitariam participar.

Realizado esse levantamento, partimos para a realização da entrevista com um roteiro semiestruturado, obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas, contendo apenas perguntas relacionadas ao tema.

Para a análise dos dados, a entrevista foi estruturada em três eixos, a saber:

- perfil das professoras;
- o olhar dos professores sobre o PBF; e
- pontos positivos e negativos sobre o PBF.

Esse estudo é relevante, pois contribui para que possamos entender que tipo de representatividade social e pedagógica esse grupo de professoras possui a respeito do PBF, bem como, para servir como fonte de análise para todos os profissionais que são envolvidos direta ou indiretamente com a pobreza, a educação e as desigualdades sociais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados aqui discutidos compõem parte da pesquisa realizada no âmbito do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal (CPAN), que passou a entender e a compreender a pobreza como um fator intimamente ligado com os outros processos sociais de estrutura social, num grau que permitiu analisar a desigualdade existente na sociedade, ou seja, a forma como vem sendo distribuída a riqueza, bem como, passou por um processo de desconstrução de estereótipos e pré-conceitos, fatos que passaram a interferir diretamente com a relação estabelecida no ambiente de trabalho e na relação ensino-aprendizagem.

Desta maneira, a partir da análise dos dados coletados, buscamos contribuir para um possível entendimento e/ou esclarecimento acerca do PBF, explicitando quais são as



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

possíveis potencialidades e fragilidades e que tanto os educadores, quanto os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente com os beneficiários, possam considerar tais questões relacionadas com o programa a passem a estabelecer vínculos que propiciem um avanço na relação ensino e aprendizagem de todas as crianças e adolescentes beneficiários do programa.

PERFIL DAS PROFESSORAS

A entrevista foi realizada com quatro professoras regentes do Ensino Fundamental de uma escola estadual do município de Corumbá-MS, sendo todas do sexo feminino. As professoras que responderam a pesquisa têm entre 28 e 38 anos de idade. Em relação à formação, os dados apontam que todas possuem formação superior em Pedagogia, tendo apenas uma que cursou a graduação em instituição privada. Das quatro professoras, duas tem pós-graduação *lato sensu*, sendo uma em Gestão e uma em Educação Especial. O de atuação de ensino varia entre dois a 20 anos em sala de aula e analisando o perfil das professoras pode-se notar que três das quatro entrevistadas realizaram sua graduação em instituições públicas.

Para preservar a identidade das entrevistadas utilizamos as letras A, B, C e D ao fazer referência às professoras.

A professora A é pedagoga com especialização em Gestão escolar, e leciona há dez anos. A professora B tem 38 anos de idade, também é pedagoga e é especialista em Educação Especial, tendo 35 anos de idade e atua em sala há vinte anos. Já a professora C tem 29 anos e possui duas formações: Pedagogia e Licenciatura em História e está trabalhando como professora há três anos. A professora D tem 28 anos e também é formada em Pedagogia, atuando como professora há dois anos.

A VISÃO DAS PROFESSORAS SOBRE O PBF

Buscando identificar junto às professoras a visão que tinham acerca do programa, a primeira pergunta durante a entrevista foi justamente se elas conheciam o PBF e as quatro entrevistadas afirmaram conhecer o programa como um benefício de transferência de renda que auxilia as famílias beneficiadas e que essas famílias precisam manter as crianças na escola. É relevante ressaltar que apenas uma professora afirmou



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

que o programa é uma transferência de renda que tem a intenção de acabar com a miséria e retirar as famílias da condição de vulnerabilidade social.

A associação do PBF como “ajuda” também foi recorrente no depoimento das professoras, evidenciando o não entendimento do benefício como um direito, mas sim como algo que deveria ser provisório, ou não existir.

Essa relação do benefício como ajuda foi um aspecto motivador para que as professoras se posicionassem desfavorável ao Programa, atrelando assim, a uma percepção de que, ao invés de garantir condições de trabalho e crescimento dessas famílias, promove nas famílias um comodismo e preguiça para procurar emprego, conforme podemos perceber no depoimento da professora B, a seguir:

O Bolsa Família não teve sucesso porque os pais só jogam as crianças na escola e usam esse dinheiro de maneira inadequada (Professora B. Entrevista).

Essa crítica foi explicitada de maneira recorrente na visão das quatro professoras, em que todas delegam importância ao programa no aspecto deste intervir no comportamento familiar dos beneficiários, seja no município de Corumbá, ou no Brasil.

Outro dado importante da pesquisa refere-se ao destaque dado as condicionalidades estabelecidas pelo PBF, pois, as professoras ressaltaram apenas como condicionalidade o acompanhamento da frequência escolar, levando a correlação direta do programa ao espaço escolar, levando ao entendimento de que o benefício deveria ser gasto unicamente com elementos ligados à criança e a escola, como por exemplo, para a compra de materiais escolares.

A análise dos depoimentos das entrevistadas apontou o uma visão restrita no entendimento das condicionalidades do programa, limitando o Programa a um auxílio direcionado apenas à escolarização das crianças. Isso nos levou a perceber que para elas, o benefício tem o potencial apenas de evitar a evasão escolar, permitindo a quem recebe o benefício, ter condições mínimas de frequentar o ambiente escolar, claro, se usado de maneira “adequada”, uma expressão recorrente na visão delas.

As críticas que permeiam as famílias beneficiárias, conforme identificado no depoimento dessas professoras, partem do princípio de que é inadmissível gastar o dinheiro recebido do programa com coisas, definido por elas como “supérfluas”.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

Assim, a partir da discussão de Goffman (1988), podemos entender que esse estigma negativo a respeito do gasto “indevido” do benefício, pode ser entendido, na perspectiva do autor, como construção de identidade virtual, ou seja, na nossa relação com o outro imputamos um caráter idealizado, que por sua vez o outro pode não corresponder às nossas expectativas, ocorrendo assim, um conflito entre o que idealizamos ao que de fato ocorre na realidade.

Nessa perspectiva teórica podemos inferir de que na percepção das professoras não se trata de como o dinheiro do benefício é gasto, mas na pessoa que gasta o dinheiro, pois ao se referirem às famílias beneficiárias, elas estabelecem outra relação, levando ao princípio de que essas famílias recebem uma espécie de “ajuda” do governo, o qual exige dessas famílias o cumprimento de regras correspondentes às condicionalidades do programa, esperando, assim que os beneficiários obedeçam às regras.

E como já mencionado, por serem da área de educação, as professoras entrevistadas destacam apenas a condicionalidade de frequência escolar, passando a idealizar que os benefício seja investido essencialmente em artigos escolares e, no momento que as famílias passam a gastar esse dinheiro em outras coisas, podemos perceber o que Goffman (1988) define como discrepância entre identidades.

A segunda questão realizada foi sobre o que as professoras achavam do PBF e novamente nos deparamos como uma visão de modelo ideal de família, em que os atributos desejáveis se referem a participação, comprometimento com os estudos dos filhos, investimento em alimentação saudável para que a criança possa estudar, caracterizando o que para elas seriam os “pais presentes”. Na visão das professoras, com o PBF os pais, ou responsáveis transferiram a responsabilidade da criança toda para a escola, e muitas famílias só “jogam” os filhos na escola por conta do benefício, como destacado no depoimento da Professora A:

Olha pode até ser que algumas famílias usem o benefício para manter os filhos estudando, mas o que vejo são famílias que só mandam mesmo o filho para a escola para não perderem o benefício, mas não acompanham a vida escolar do mesmo (Professora A. Entrevista).

No depoimento da professora A fica explícita a atribuição do “fracasso” escolar à família ao questionar a presença efetiva dos pais, e ou responsáveis atrelados ao recebimento do benefício, convergindo o aspecto negativo ao programa.



A análise da visão das professoras nos leva a compreender que o estigma percebido não ficou somente sobre a criança, mas sim na desestruturação que envolve a família assistida, pois, novamente as professoras estabeleceram uma ligação entre o PBF apenas com questões escolares, pois para elas o bom rendimento escolar está centrado na família que de fato se envolve nas questões escolares dos filhos. Porém, vale ressaltarmos que apesar da família ser o elo fundamental numa relação, ela não pode ser considerada como principal responsável causadora das potencialidades e fragilidades escolares.

Conforme destaca Bourdieu (1998), o “sucesso” escolar está relacionado ao porte de dois tipos de capitais: o capital social no que diz respeito à riqueza material no sentido geral e no capital cultural que está relacionado ao campo da cultura e do conhecimento. Para o autor, esses capitais não são distribuídos de forma igualitária na sociedade, mas está entre os mais ricos, conferindo a estes grupos privilégios sobre os mais pobres, nos remetendo a pensar nos beneficiários do PBF.

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PBF NA VISÃO DAS PROFESSORAS

Para chegar à compreensão de uma possível visão negativa e positiva acerca do programa foi perguntado às professoras se enxergavam pontos positivos, e/ou negativos com relação ao PBF. Assim, tivemos apenas uma resposta quanto ao aspecto positivo destacou que o benefício serve de ajuda aos que de fato precisam.

Os aspectos negativos predominaram no depoimento de todas as professoras que ressaltaram que o fracasso do programa está atrelado ao não acompanhamento das condicionalidades, em especial a frequência escolar, pois, as crianças só frequentam a escola para não perderem o benefício e assim as famílias acabam gastando o dinheiro em tudo menos com a criança.

Não vejo nada de positivo nesse Programa, pois essas crianças não estudam e só veem para a escola para não perderem o benefício, se o controle fosse feito através das notas acho até que poderia da certo, mas infelizmente do jeito que é feito não deu (Professora A. Entrevista).

Ao que parece, a justificativa negativa acerca do programa por parte das professoras parte do pressuposto tão destacado durante a entrevista que é a



condicionalidade apenas da frequência escolar sem a possibilidade de cobrança do rendimento do aluno e da não participação efetiva da família no ambiente escolar. Ou seja, elas acreditam que se as famílias mantiverem os filhos frequentes na escola por conta do benefício, se fosse cobrado também o rendimento escolar e a participação efetiva da família na escola, de fato o PBF seria visto de forma mais positiva.

Dessa maneira, a análise dos dados obtidos por meio da entrevista com as professoras apontou uma visão do programa relacionado mais ao aspecto escolar e ao aprendizado das crianças beneficiárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo analisar as possíveis fragilidades e potencialidades do Programa Bolsa Família na visão de quatro professoras que atuam em uma escola da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, situada em Corumbá. É importante alertar que em nenhum momento da realização desse estudo tivemos a intenção de denegrir a imagem do professor, ou até mesmo questionar o seu entendimento sobre o PBF, mas buscamos, por meio da análise dos dados, compreender em quais aspectos centram o entendimento dessas professoras acerca do PBF e como o descrevem.

Foi possível constatar, portanto, que o PBF não é conhecido em sua totalidade por profissionais que lidam diretamente com os beneficiários e que fatores como as condicionalidades são desconhecidos. Afirmamos esse fator devido à recorrência e unanimidade no depoimento das professoras acerca da relação do benefício apenas com a condicionalidade da frequência escolar.

Notamos o uso recorrente na fala das entrevistadas de expressões como: “Os alunos não faltam, mas também não aprendem”, confirmando a visão restrita de que a frequência escolar seja o principal condicionante do Programa.

Concluimos, portanto, que a falta de informação e entendimento do programa levou as professoras envolvidas nessa pesquisa a compreensão do benefício como algo frágil, ineficaz e que precisa ser repensado. Isso nos remete a pensar acerca da necessidade de se buscar formas mais amplas de levar o entendimento do PBF em sua totalidade para os atores envolvidos diretamente com os beneficiários, a fim de que todo



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

esse aspecto negativo ceda lugar a embasamentos teóricos e a contribuições efetivas no combate das desigualdades sociais.

Assim, entendemos que as críticas negativas relacionadas ao programa também estejam relacionadas à ideia de que esta parcela mínima da população que recebe o benefício esteja classificada como esmola, ou assistencialismo, criando-se a ideia estereotipada de que os beneficiários sejam acomodados em relação à procura de emprego e no que diz respeito às prioridades existentes no programa, como por exemplo, a inclusão fidedigna dos beneficiários e os critérios usados para acesso e permanência deles no PBF.

Há, portanto uma imagem predominante negativa do PBF disseminada junto à população brasileira seja por não concordar com as políticas envolventes, ou, simplesmente pelo senso comum. Essa situação corrobora com a necessidade de discussões, debates e mais estudos que abordem essa temática, a fim de legitimar a importância e o entendimento adequado e esclarecido do que realmente se trata o PBF e sua legitimidade política.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A. N; CATANI, A. (org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, de 12/01/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em 20 out. 2019.
- BUTLER, J. **Corpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**. 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm. Acesso em 03 jun.2018.



IV Congresso de Educação do CPAN
III Semana Integrada de Graduação e Pós-Graduação do CPAN
'Interfaces da docência: olhares e movimentos da formação inicial de professores'

LÜDKE, M; ANDRÉ. A. E. D. M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011.